



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A MULHER *TRANS* NA SEMANA DAS MULHERES *CIS*: A TOLERÂNCIA VIVENCIADA NO PIBID DA EREM PROFESSOR TRAJANO DE MENDONÇA

Gilvânia Cândida da Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco, gil.nd93@gmail.com

Resumo: Tolerância. Um signo que já se apresenta desgastado pelo uso, mas que ainda guarda em si a potência impulsionadora do trabalho que se segue. Este tem por objetivo descrever a atuação do(a) licenciando(a) em História enquanto agente educativo, na condição de bolsista do PIBID (Programa Institucional de Bolsas para Iniciação à Docência), na EREM Professor Trajano de Mendonça. Como referência teórica, foram destacados os pontos de intersecção entre os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual para abordarmos, enfim, a mulher transgênero e seu lugar social segundo o conceito de Gênero. Uma vez que esse tema é pouco trabalhado nos cursos de licenciatura, mesmo sendo a base de compreensão de muitos dos mal-estares sociais e cuja intolerância fundamenta o preconceito e a discriminação. Em vista de tal cenário, sob a forma de oficina, levamos aos alunos as questões de gênero. Nessa atividade, procuramos fugir do binarismo homem/mulher e partimos dos conceitos de orientação sexual e identidade de gênero: mais promissores. Assim, por mais gasta, maltrapilha e esfarrapada esteja a palavra tolerância, foi nela que nos agarramos para pensar uma nova forma de enxergar o outro e a nós mesmos. Pois, é na compreensão e aceitação de si que o outro se faz igual a nós.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Gênero, Mulher Transgênero.

Introdução

Como já é de conhecimento público, o sistema educacional brasileiro vive uma crise institucional que instabiliza seu papel frente a sociedade. No entanto, o propósito da fala que aqui será construída não é o de reavaliar questões que já estão sendo discutidas, mas sim, trazer temas que estão fora do debate e que tenham implicações sobre tal realidade. Temas



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

estes que dão conta da formação ética dos sujeitos, muito embora não alcancem questões estruturais, os quais são de domínio, notadamente, do Estado. Em vista disso, serão



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

apreciados os pontos de intersecção entre os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual para abordarmos, enfim, a mulher transgênero e seu lugar social segundo o conceito de Gênero. Uma vez que este tema é pouco trabalhado nos cursos de licenciatura, mesmo sendo à base de compreensão de muitos dos mal-estares sociais e cuja intolerância fundamenta o preconceito e a discriminação.

Assim, na tentativa de ir à contramão dessa realidade, este trabalho relatará nossa experiência junto ao espaço escolar da EREM Professor Trajano de Mendonça, cuja atuação se deu a partir de uma oficina, que foi criada com a função de visibilizar esse sujeito histórico: a Mulher Transgênero. Tal escolha se justifica, em certa medida, segundo a análise dos PCNs. Posto que, neles:

A categoria de gênero aparece esvaziada de seus aspectos políticos e históricos, dizendo respeito, ao contrário, unicamente ao âmbito da família e das relações interpessoais. A categoria criada pelos PCNs não inclui noções de conflito. Não faz menção aos sujeitos históricos e às relações sociais que estão constantemente construindo as representações e relações de gênero. Como consequência dessa postura, não associa as relações de gênero as relações de poder em geral que constituem a sociedade. Esta definição acaba por tratar as representações como prontas e acabadas, e não como fruto de embates constantes (GANDELMAN, 2003, p. 213).

Somado a isso, às práticas pedagógicas, propriamente ditas, não conseguem incorporar as ponderações teóricas que esse objeto de estudo requer. Nessa direção, acreditamos que levantar um diálogo profuso, amplificado de sentido, acerca da temática em questão, é de grande relevância para a prática do ensino de História, dado que, além de ser um tema suscitador de reflexões sobre as mais diversas questões, e por isso, tem a potência de dialogar com outras disciplinas. Este é um debate que, também, procura amenizar o abismo entre as conquistas feitas pela Academia e as informações que são difundidas no âmbito escolar.

Historicizando a abordagem do tema de Gênero nas escolas, é importante citar que, a partir, somente, de meados da década de 1980, os intelectuais brasileiros que se ocupavam das



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

questões da educação passaram a investigar o processo de diferenciação e desigualdade de gênero no meio escolar. Mesmo havendo grandes produções acadêmicas internacionais, aqui, o assunto permanecia invisível. Não obstante, a fomentação de tais pesquisas teve início, particularmente, com os órgãos de movimentos sociais, universidade e de grupos de pesquisas que já trabalhavam com camadas não hegemônicas da sociedade (Anad, 2006, 137-138).

Assim, por intermédio de nossas experiências no meio escolar, percebemos a necessidade de um debate mais consistente acerca dos conceitos de Identidade de Gênero e Orientação Sexual. Pois, apesar de tais elementos estarem presentes na vida e na história de qualquer indivíduo humano, segundo a naturalização de modelos e representações, eles são excluídos da lista de temas relevantes no debate social. Por essa razão, buscamos dinamizar e correlacionar o currículo escolar obrigatório com o debate de Gênero, auxiliando os educandos na elaboração particular, mas fundamentada em estudos acadêmicos, do significado ambos os conceitos. Assim, como deve ter ficado claro, nosso propósito foi debater a relevância social desses temas, visando, deste modo, problematizar o Preconceito enquanto elemento fundador de muitas e específicas relações de poder social.

Isso posto, na tentativa de delimitar o conceito de gênero, lançaremos mão das palavras usadas pela historiadora francesa Joan Scott, em seu célebre texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Segundo ela, “o núcleo da definição repousa na conexão integral entre duas proposições. (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 86).

Portanto, a palavra gênero comporta como significado um conjunto de primitivas interações de domínio, as quais se baseiam na distinção entre os sexos para se legitimar. Nessas circunstâncias, a perspectiva de análise está direcionada para a esfera do privado, em detrimento do público, uma vez que, secularmente, o privado é o lugar do falar feminino, enquanto o público é o ambiente do discurso masculino. “O gênero, então, fornece um meio



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (SCOTT, 1990, p.89).

Nessa mesma direção, identificar-se com um ou outro gênero, assim como a assimilação de qualquer outro elemento da cultura, como veremos à frente, é um movimento



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

de internalização das práticas sociais já consolidadas e que ocorre do extrapsíquico para o intrapsíquico. Assim,

[...] as normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa para construir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. [...] o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade será pensada como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder (BUTLER, 1999, p. 154).

Logo, o conceito de performatividade expressa o modo como se forma a identidade de gênero. Conforme este: “[...] o gênero é uma performance que um sujeito anterior elege para realizar, mas o gênero é performativo, no sentido em que constitui como efeito o sujeito que pretende expressar” (BUTLER, 1990, p. 24 apud NAVARRO-SWAIN, 2000, p. 67). Enfim, para clarificar as palavras de Butler, e pensar o que seria Identidade de Gênero, Tânia Navarro-Swain declara que, “o gênero cria, portanto, o sexo e não o contrário” (2000, p. 2016).

Para ponderar, por sua vez, o que seria Orientação Sexual, recorreremos as palavras de Marcus Antônio Torres, cuja busca por políticas internacionais de Direitos Humanos, o possibilitaram pensar o viver transexual sob uma ótica despatologizada e inferir, segundo as palavras a seguir, quais os limites desse conceito:

COMPREENDENDO ‘orientação sexual’ como estando referida à capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. (PRINCÍPIOS de Yogyakarta, 2007 apud TORRE, 2010, p. 24, grifo do autor).

Porém, para avançarmos ainda mais nesse debate, recorreremos as ideias e conceitos usados por Vygotsky em sua teoria da aprendizagem. Ocupado com as questões da cognição humana, Vygotsky utilizou-se de palavras-conceito particulares para inscrever sua teoria em



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

um espaço do saber onde já vigoravam as ideias de Piaget e Freud. No entanto, ao contrário destes, desde o início de seus trabalhos, o objeto a ser investigado e entendido era a aquisição



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

do conhecimento, a aprendizagem, propriamente dita. Sobre isso, o autor sentenciou que, o conhecimento se desenvolve de fora para dentro, do extrapsicológico para o intrapsicológico, num processo dialético entre sujeito e meio social.

Nesse ponto, em especial, Vygotsky se contrapõe teoricamente a Piaget, pois, para este, na medida em que a cultura tem ação secundária, as bases biológicas e seu desenvolvimento direcionam a aprendizagem. Já para Vygotsky, ao contrário disso, é a cultura que institui o alicerce no qual, concomitantemente, desenvolvimento biológico e aprendizagem se expressem em um movimento de interpenetração, onde um integra o outro e vice-versa. Deste modo, a aprendizagem é motivada, também, conforme o lugar que o sujeito ocupa nas relações sociais, e delas recebe influências (MELLO, 2004, p.136-137).

No que concerne, porém, a relação entre sujeito e meio social, existem dois fatores que estão inscritos na teoria de Vygotsky e são fundamentais, assim como, fundadores do processo de aprendizagem. De acordo com o que diz Suely Mello (2004, p.138), o primeiro se referente ao ambiente. E demonstra a necessidade do convívio social para a assimilação das características comportamentais que tornam o ser humano, de fato, humano. Deste modo, se aponta para a apropriação da cultura pelo indivíduo. E, sob essas circunstâncias, fala-se de uma teoria histórico-cultural.

O segundo fator, por sua vez, se refere às condições psico-cognitivas, as quais, com base no texto de Maria Oliveira (1997, p. 82-88), estão relacionadas à integridade do sistema nervoso central. De modo que, para aclarar esse ponto, por exemplo, uma criança com sério comprometimento cerebral não irá se desenvolver e, conseqüentemente, aprender com a mesma qualidade e quantidade que uma criança sem deficiência. Ou seja, possuir um sistema saudável é um dos pré-requisitos para uma aprendizagem significativa e plena.

No tocante as palavras-conceito utilizadas por Vygotsky, o brinquedo se coloca como uma das mais significativas. Posto que, nesse momento, não se fala apenas do brinquedo



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

como objeto, mas também, como promotor do ato de “brincar de faz de conta”. Para compreender, no entanto, a relevância de tal ideia, será preciso resgatar os conceitos de zona



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

de desenvolvimento proximal e mediação. O primeiro pode ser definido como:

A distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VYGOTSKY, 1984, p.97 apud OLIVEIRA, 1997, p.60, grifo nosso).

Para elucidar ainda mais, também é possível dizer que:

A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de brotos, ao invés de frutos do desenvolvimento (VYGOTSKY, 1984, p.97 apud OLIVEIRA, 1997, p.60, grifo nosso).

O conceito de mediação, por sua vez, pode ser entendido a partir do sentido próprio da palavra: “intercessão, intervenção, meio, canal”. Nessa direção, o que se media é o processo de internalização da realidade. Este, de modo simplificado, significa o movimento no qual o sujeito apreende o mundo, através dos artificios mediadores. Logo, ao brincar de “faz de conta” com os objetos, as crianças criam novas zonas de desenvolvimento proximal, dado que, seu “comportamento [...] é fortemente determinado pelas características das situações concretas em que elas se encontram” (VYGOTSKY, 1984, p.97 apud OLIVEIRA, 1997, p.66).

Como consequência, brincar é, antes de tudo, internalizar os elementos culturais que estão disponíveis no meio onde se vive. Isso ocorre na medida em que, nos jogos de “faz de conta”, ao utilizarem-se do brinquedo, inconscientemente, como mediador da aprendizagem, a criança reproduz os comportamentos que observa nos indivíduos que com ela convivem. E, dessa forma, assimilam as práticas comuns do tempo e espaço, segundo lugar de sua inserção social.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Isso posto, é fundamental lançar ainda mais luz sobre o papel da escola no processo de construção da identidade de gênero. Segundo os argumentos já usados, esse deve ser um



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

espaço de mediação justa entre sujeito e meio, onde as crianças possam exercitar livremente os papéis sociais e a igualdade seja a mola propulsora desse desenvolvimento. Através do qual o brincar de “faz de conta” seja, de fato, um momento onde elas tenham a oportunidade de assimilar os princípios éticos, de equidade entre os diferentes e, sobretudo, de cidadania. Mas, destacadamente, a escola deve assegurar que a identidade de gênero se expresse como “[...] a invenção de mim enquanto outro” (NAVARRO-SWAIN, 2000, p. 76 apud GANDELMAN, 2003, p. 218). Uma vez que,

“[...] Se pensarmos este espaço identitário como estando em ligação com todos os outros espaços de um “eu”, que os critica, designa ou reflete, temos aí um heterotopia identitária. Eu, nômade, sou outra, além daquilo que pareço ou do que falo. Eu sou um espaço de mim, migratório, de transição, nesta cartografia que me revela e me nega. Eu sou o espelho de mim, um lugar” (idem, ibidem).

Transpondo tais conhecimentos a prática realizada junto aos educandos, a partir de nossa oficina, aclara-se ao fato de que naquela circunstância nosso objetivo era mediar a apreensão dos alunos sobre outra realidade de vida: a da mulher transgênero. Colocá-los em contato com outras formas de experimentar a existência humana é, antes de tudo, os fazer refletir sobre suas próprias trajetórias. Por mais que sejam adolescente, ou seja, estão saindo da fase de ser criança e ingressando na vida adulta, fomos assertivos ao pensar que a ludicidade do vídeo e os jogos de definição de conceitos chamaria a atenção de nossos estudantes. Apesar disso, destacamos a importância do brincar-de-faz-de-conta, segundo a psicologia de Vygotsky, na medida em que, é na infância que a maioria dos preconceitos são introjetados e, por isso, é nessa fase que as atuações pedagógicas precisam ser mais massivamente empregadas.

Dito isso, a mulher *trans* se apresenta, certamente, como um dos mais profusos modelos do que o Gênero é na prática: a construção performática de ideários sociais. Dado que, esse trânsito entre corpo biológico e papel social é a real representação da complexidade e da beleza da constituição humana. Assim, conforme rejeita o seu “lugar social”, este,



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

demarcado segundo o sexo biológico, a mulher *trans* deixa claro os limites dos conceitos de Gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Conceitos distintos, mas complementares,



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

que por negligência dos meios de propagação do conhecimento, confundem os leigos na medida em que consideram os *trans* (masculinos e femininos) como sendo “evoluções” da condição homossexual. Mentira, esta, naturalizada no âmbito social.

Metodologia

Antes de descrever de que modo construímos e executamos nossa oficina, batizada com o título “IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL: ME DIZ QUEM TU AMAS QUE, MESMO ASSIM, EU NÃO SABEREI QUEM TU ÉS”, é preciso dizer o que seria a “Semana Rosa e Lilás”. Evento anual da EREM Professor Trajano de Mendonça, em convênio com a Secretaria da Mulher de Pernambuco, estando em sua quinta edição neste ano de 2015, foi pensado e é organizado pela professora de Letras Rosário Alves Leite. De notória importância social, já em sua primeira edição, recebeu o Prêmio Naide Teodósio de Estudos de Gênero – e, para a comunidade escolar, representa uma oportunidade ímpar de pôr em prática muitas de suas faculdades artísticas e suas reflexões acerca da sociedade contemporânea. Tendo em vista que são eles próprios quem criam as dezenas de oficinas que preenchem toda uma semana de atividades, no mês de maio.

Aqui, é preciso reservar espaço para explicar os motivos que nos levaram a elaborar tal título para essa oficina. Primeiro, por ser uma paródia de um dito popular, julgamos que chamaria a atenção dos educandos logo de início. Depois, trazer os conceitos de Identidade de Gênero e Orientação Sexual é dizer, de antemão, qual seria o nosso objetivo ali. E, por fim, a frase “me diz quem tu ama que, mesmo assim, eu não saberei quem tu és”, naquele momento, nos pareceu uma mistura lúdica dos dois pontos anteriores. Uma vez que, queríamos fazer notar o fato de que a orientação sexual não define a identidade de gênero, e vice-versa. Além disso, todos nós podemos amar, independente de quem amos e como nos vemos.

Tendo a Mulher como centro de todos os grupos de trabalho, este ano, fomos inovadores ao trazer a mulher *trans* para este espaço de debate. É fácil perceber que esta



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

atitude se deve ao fato de que a mulher com a qual todos se debruçavam para estudar era, apenas, a mulher cisgênero – fato que não é de todo impertinente, já que o evento nasceu com



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

a inquietação da professora Rosário frente aos enormes índices de violência contra a mulher no estado de Pernambuco. Não obstante, julgamos que, ao trazer para o círculo de discussão a mulher transgênero, também, arrastamos um conjunto de conceitos e ideias que, normalmente, ficavam à parte das reflexões.

Assim, à vista dos objetivos a que nos propomos, pensamos coletivamente uma forma dinamizada de apresentar o tema. E nada melhor, para isso, do que mostrar histórias de pessoas reais, nas quais elas mesmas falassem sobre si. Pensando nisso, escolhemos a história de Maria Clara Araújo, uma jovem mulher transgênero que, neste ano de 2015, conquistou na justiça o direito de utilizar seu nome social na Universidade Federal de Pernambuco. Vitória tão significativa que outras universidades, como a Universidade Federal Rural de Pernambuco, dias depois, lançaram portarias semelhantes a que deu a Maria Clara o direito de assim ser chamada.

No que toca a efetivação da oficina, organizados em semicírculo, iniciamos os trabalhos com perguntas feitas aos estudantes, estimulando-os a definirem com suas próprias palavras os conceitos: gênero, diversidade sexual, orientação sexual, identidade de gênero, machismo e outros. Em seguida, apresentamos os conceitos tais como são concebidos por teóricos que com eles trabalham. Expusemos, depois, a reportagem que o Diário de Pernambuco produziu sobre a conquista de Maria Clara junto à UFPE. E, por fim, abrimos ao diálogo livre.

Sobre os materiais utilizados, além do vídeo que empregamos para apresentar a história de Maria Clara, a projeção de slides foi de crucial importância no momento de exibir os conceitos a serem trabalhados e os dados sobre “quem são”, “como vivem” e “quais as expectativas atuais” das mulheres *trans*. A decoração da sala, a cargo do monitor, e discente do segundo ano do ensino médio, Lucas Cartaxo, com apoio dos, também, bolsistas do PIBID Ático Dantas, Lilian Carla e Brunna Carolyna foi um acontecimento a parte de tão linda. Tais



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

peessoas foram fundamentais para a execução desse trabalho. Tanto na organização da sala, como no cumprimento, da oficina, propriamente dita.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Resultados e Discussões

Diante das opiniões dadas tanto pelos estudantes que nos assistiram quanto pelos professores que nos acompanharam, indubitavelmente, podemos considerar nossa oficina um sucesso no que se refere aos questionamentos e reflexões que ela suscitou. Foi extremamente gratificante ouvir que através de nosso trabalho, temas importantes que estavam fora do ambiente escolar, puderam, finalmente, até chegar àquele local. Além disso, perceber que os educandos se identificaram com o tema, não por serem transgêneros, mas por entenderem a construção de sua própria sexualidade, foi outra grande emoção. Apesar disso, não descartamos o fato de que alguns, incrivelmente poucos, não conseguiram acompanhar a novidade do discurso apresentado e, ainda, presos à visões fundamentalistas da religião cristã, rejeitaram veementemente tudo o que foi dito.

Segundo essa experiência, ratificamos que, por mais gasta, maltrapilha e esfarrapada esteja a palavra tolerância, foi nela que nos agarramos para pensar uma nova forma de enxergar o outro e a nós mesmos, pois, é na compreensão e aceitação de si que o outro se faz igual a nós. E o ambiente escolar é um dos mais fecundos quando pensamos nesse tipo de autorreflexão e conhecimento.

Considerações Finais

Se no início desse trabalho procuramos fugir dos debates comuns sobre Educação, agora, retomamos esse lugar comum para reafirmar a função social da escola. Após essa longa digressão sobre a experiência que tivemos junto à EREM Professor Trajano de Mendonça, chegamos a recorrente conclusão de que, a escola continua sendo o lugar mais próspero de construção da cidadania, da ética e da tolerância. Onde os indivíduos podem conviver com os mais diferentes tipos de pessoas, desmistificando os preconceitos e aprendendo a conviver com o que seria, muitas vezes, incompreensível, mas, ainda assim, humano. Para tanto, nós, estudantes de licenciatura, por meio do PIBID, dos estágios obrigatórios, ou mesmo, em



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

nossas vivências já como profissionais, temos a responsabilidade de refazer as bases desse modelo caduco de educação. O qual negligencia a dimensão subjetiva dos indivíduos, pois é



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

desumanizada, em prol de uma formação, apenas, profissional e técnica.

Tendo em vista que, hoje, existe uma imensa quantidade de informações disponíveis pelo mais diferentes meios de comunicação, é necessário levar em consideração que, como destaca Guacira Louro (1997, p. 49), e é fácil perceber, esses canais são, muitas vezes, usados como artifícios perversos de divulgação da mulher *trans* como uma caricatura da mulher *cis*. Representação, portanto, que só fomenta o preconceito e a discriminação. Em relação a isso, a escola tem a tarefa de orientar os educandos sobre a melhor forma de utilizar esses canais e filtrar tais informações. E, para tanto, professores bem preparados é algo fundamental. Ainda assim, também é preciso lançar luz sobre o fato de que não precisamos ser oprimidos para lutar pelos direitos dos oprimidos. Em outras palavras, não precisamos ser negros, deficientes físicos, homossexuais, transexuais, pobres ou sermos mulheres (*trans* ou *cis*) para defendermos os direitos alheios. E a escola é um dos ambientes mais prósperos nessa tarefa de politização. Considerando que, é na medida em que defendemos os direitos do outro, independentes de quais forem, que nossos próprios direitos são resguardados. É isso que entendemos por ser cidadão.

Isso posto, assim como está tatuado na pele de Maria Clara Araújo, queremos gravar na consciência das pessoas: “Não se nasce mulher, torna-se uma”.

Referências Bibliográficas

ANAD, Daniela. **Relações de gênero na sala de aula: atividades de fronteira e jogos de separação nas práticas escolares.** Pro-Posições. São Paulo, n. 3, v. 17, p. 137-149, set/dez 2006.

DINIS, Nilson Fernandes. **Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

COSTA, Suelly Gomes. Gênero e História. In: MARTHA, Abreu; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p.185-208, 2003.

GANDELMAN, Luciana M. Gênero e Ensino: parâmetros curriculares, fundamentalismo



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

biológico e teorias feministas. In: MARTHA, Abreu; SOIHET, Rachel (orgas.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p. 209-220, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. (Coleção Educação Pós-Crítica)

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **A invenção do corpo ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?”**. Textos de História. Brasília, v. 8, n. ½, p. 47-84, 2000. (“Feminismo: teoria e perspectivas”)

OLIVEIRA, Marta Oh. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. 4 ed. São Paulo: Editora Scipione, 1997.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Trad. Jones de Freitas. Rev. técnica Sonia Corrêa e Angela Collet. Yogyakarta/Indonésia, 2007.

TEXEIRA, Marcionila. Travesti pede para ser chamada pelo nome social na UFPE. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/02/02/interna_vidaurbana,558545/travesti-pede-para-ser-chamada-pelo-nome-social-na-ufpe.shtml>. Acesso em 15 de fevereiro de 2015.

TORRES, MARCUS ANTONIO. **A Transformação de Professoras Transexuais na Escola: transfobia e sociabilidade em figurações sociais contemporâneas**. Dossiês. Rio Grande do Norte, v. 11, n. 2, 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 15, n. 2, jul./dez. 1990.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

SILVA, Maria do Rosário da. (Orga.). **Prêmio Naide Teodósio de Estudos de Gênero 2010: Concurso de Redações e Artigos Científicos.** Ano IV/Secretaria da Mulher. Recife: A secretaria, p. 67-76, 2011.